



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 20 de junho de 2022
(OR. en)

**Dossiê interinstitucional:
2022/0200(NLE)**

**10421/22
ADD 1**

**TRANS 407
RELEX 833**

PROPOSTA

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	17 de junho de 2022
para:	Secretário-Geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2022) 308 final – ANEXO
Assunto:	ANEXO da Decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo entre a União Europeia e a Ucrânia sobre o transporte rodoviário de mercadorias

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2022) 308 final – ANEXO.

Anexo: COM(2022) 308 final – ANEXO



Bruxelas, 17.6.2022
COM(2022) 308 final

ANNEX

ANEXO

da

Decisão do Conselho

relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo entre a União Europeia e a Ucrânia sobre o transporte rodoviário de mercadorias

ANEXO

ACORDO
ENTRE A UNIÃO EUROPEIA
E A UCRÂNIA
RELATIVO AO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MERCADORIAS

A UNIÃO EUROPEIA, a seguir igualmente designada por «União»,
por um lado,
e
A UCRÂNIA,
por outro lado,
a seguir designadas individualmente por «Parte» e coletivamente por «Partes»,

1. RECONHECENDO as importantes perturbações enfrentadas pelo setor dos transportes na Ucrânia na sequência da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.
2. RECONHECENDO a indisponibilidade das rotas de transporte tradicionais na região e a necessidade urgente de garantir as cadeias de abastecimento e a segurança alimentar através da utilização de itinerários alternativos por estrada, em especial para o transporte de cereais, combustíveis, géneros alimentícios e outras mercadorias da Ucrânia para a União.
3. DESEJANDO apoiar a sociedade e a economia ucranianas, permitindo que os transportadores rodoviários de mercadorias da União e da Ucrânia realizem operações de transporte de mercadorias para e através do território ucraniano com destino à União e vice-versa, quando necessário.
4. REGISTANDO que o atual sistema baseado num número limitado de autorizações dos Estados-Membros não permite a flexibilidade necessária para que os transportadores rodoviários de mercadorias ucranianos aumentem as suas operações através e com a União.
5. DETERMINADAS a garantir, no futuro, que as condições de acesso ao mercado do transporte rodoviário de mercadorias entre as Partes atualmente disponíveis para os transportadores rodoviários estabelecidos em qualquer das Partes não serão, em caso algum, mais restritivas do que as da situação atualmente existente.
6. DETERMINADAS a ajudar a economia ucraniana através da liberalização das operações de trânsito e bilaterais de transporte internacional entre a União e a Ucrânia, a fim de permitir o necessário transporte de mercadorias e de conceder os mesmos direitos recíprocos a ambas as Partes para efetuar operações de trânsito e de transporte internacional bilateral entre esses territórios.
7. VERIFICANDO que o artigo 136.º do Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a

Ucrânia, por outro (a seguir designado «Acordo de Associação»), prevê uma liberalização coordenada e progressiva dos transportes entre as Partes e estabelece que as condições para esse efeito devem ser tratadas por acordos especiais de transporte rodoviário.

8. Desejando submeter as disposições do presente Acordo ao capítulo relativo à resolução de litígios do Acordo de Associação.
9. Desejando apoiar os motoristas ucranianos e facilitar a aplicação das suas competências e conhecimentos através da criação de condições que lhes permitam continuar a utilizar as cartas de condução e os certificados de aptidão profissional ucranianos em vigor.
10. RECONHECENDO a impossibilidade de antecipar a duração do impacto da guerra de agressão da Rússia no setor dos transportes e nas infraestruturas da Ucrânia, razão pela qual, o mais tardar três meses antes do termo de vigência do presente Acordo, as Partes procedem a uma consulta no âmbito do Comité Misto, a fim de avaliar a necessidade da sua recondução.
11. RECONHECENDO que o Acordo Europeu relativo ao Trabalho das Tripulações de Veículos que efetuam Transportes Internacionais Rodoviários (AETR) assegurará que as operações de transporte ao abrigo do presente Acordo respeitam as condições de trabalho dos motoristas, a concorrência leal e não comprometem a segurança rodoviária.

ACORDARAM NO SEGUINTE:

Artigo 1.º

Objetivos

- (1) O objetivo do presente Acordo é facilitar temporariamente o transporte rodoviário de mercadorias entre o território da União Europeia e o território da Ucrânia, e no interior deste último, concedendo direitos adicionais de trânsito e transporte de mercadorias entre as Partes a operadores estabelecidos numa das Partes, na sequência das repercussões da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e das perturbações significativas que esta provoca em todos os modos de transporte no país.
- (2) O presente Acordo inclui igualmente medidas destinadas a facilitar o reconhecimento dos documentos dos motoristas.

- (3) O presente Acordo não pode ser interpretado como tendo por efeito coartar ou tornar as condições de acesso ao mercado dos serviços de transporte rodoviário internacional entre as Partes mais restritivas do que a situação existente no dia anterior à data de entrada em vigor do presente Acordo.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

- (1) O presente Acordo é aplicável ao trânsito e ao transporte rodoviário internacional de mercadorias por conta de outrem entre as Partes e não prejudica a aplicação das regras estabelecidas pelo sistema multilateral de contingentes da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes no âmbito do Fórum Internacional dos Transportes. Os transportes rodoviários de mercadorias num Estado-Membro da União Europeia ou entre Estados-Membros da União Europeia não são abrangidos pelo âmbito de aplicação do presente Acordo. O trânsito através do território da outra Parte para fins de transporte de mercadorias entre países terceiros não é abrangido pelo presente Acordo.
- (2) O presente Acordo estabelece igualmente determinadas disposições específicas relativas aos documentos dos motoristas.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente Acordo, entende-se por:

- (1) «Parte de estabelecimento», a Parte na qual um transportador rodoviário de mercadorias está estabelecido;
- (2) «Transportador rodoviário de mercadorias», qualquer pessoa singular ou coletiva que efetue o transporte de mercadorias para fins comerciais, estabelecida numa Parte em conformidade com a legislação dessa Parte e autorizada pela mesma Parte a efetuar transportes internacionais de mercadorias por conta de outrem por meio de veículos a motor ou conjuntos de veículos;

- (3) «Veículo»: um veículo a motor matriculado numa das Partes, ou um conjunto de veículos acoplados, dos quais pelo menos o veículo a motor está matriculado numa das Partes, destinados exclusivamente ao transporte de mercadorias;
- (4) «Trânsito», a circulação de veículos no território de uma Parte sem carga ou descarga de mercadorias por um transportador rodoviário de mercadorias estabelecido na outra Parte;
- (5) «Transporte internacional bilateral», as deslocações com carga num veículo do território da Parte de estabelecimento para o território da outra Parte, e vice versa, com ou sem trânsito através do território de um país terceiro.
- (6) «Documentos de motorista», uma autorização de condução interna, como uma carta de condução, que comprove as condições em que o motorista está autorizado a conduzir nos termos da legislação da Parte que emite o documento, ou um certificado de aptidão profissional, uma carta de qualificação de motorista ou qualquer outro documento oficial que comprove que o seu titular possui a qualificação e a formação necessárias nos termos da legislação da Parte que emite o documento para exercer a atividade de condução em termos semelhantes aos estabelecidos no artigo 1.º da Diretiva 2003/59/CE¹.

Artigo 4.º

Acesso aos serviços de transporte rodoviário

Os transportadores rodoviários de mercadorias têm direito a efetuar as seguintes operações de transporte rodoviário de mercadorias:

¹ Diretiva 2003/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de julho de 2003, relativa à qualificação inicial e à formação contínua dos motoristas de determinados veículos rodoviários afetos ao transporte de mercadorias e de passageiros, que altera o Regulamento (CEE) n.º 3820/85 do Conselho e a Diretiva 91/439/CEE do Conselho e revoga a Diretiva 76/914/CEE do Conselho (JO L 226 de 10.9.2003, p. 4).

- (a) Viagens com carga efetuadas por um veículo cujos pontos de partida e de chegada se situem no território de duas Partes diferentes, com ou sem trânsito pelo território de um país terceiro;
- (b) Deslocações com carga efetuadas por um veículo do território da Parte de estabelecimento para o território da mesma Parte com trânsito através do território da outra Parte;
- (c) Viagens com carga efetuadas por um veículo de ou para o território da Parte de estabelecimento com destino a um país terceiro com trânsito pelo território da outra Parte;
- (d) Deslocações sem carga com um veículo em conjunto com as deslocações referidas nas alíneas a), b) e c).

Artigo 5.º

Documentos de motorista

- (1) No âmbito do presente Acordo e durante todo o seu período de vigência, cada Parte isentará os titulares de cartas de condução emitidas pela outra Parte da obrigação de serem titulares de uma carta de condução internacional, tal como definido nas Convenções sobre a Circulação Rodoviária celebradas em Genebra, em 1949, e em Viena, em 1968.
- (2) A Ucrânia deve informar a União Europeia e os seus Estados-Membros de quaisquer medidas tomadas após 23 de fevereiro de 2022 para prorrogar a validade administrativa dos documentos de motorista emitidos pela primeira.
- (3) As Partes cooperarão a fim de prevenir e combater a fraude e a falsificação de documentos de motorista. Para o efeito, e sem prejuízo das regras pertinentes em matéria de proteção de dados pessoais, as autoridades competentes da Ucrânia devem fornecer as informações pertinentes às autoridades competentes da União Europeia e dos seus Estados-Membros através de um portal Web gerido pelas autoridades competentes da Ucrânia ou da extração de dados de cartas de condução eletrónicas emitidas pela Ucrânia em conformidade com a sua legislação.

Caso as autoridades competentes da União Europeia e dos seus Estados-Membros não possam aceder às informações pertinentes pelos meios eletrónicos adequados, as autoridades competentes da Ucrânia devem fornecer as informações pertinentes às autoridades competentes da União Europeia e dos seus Estados-Membros por quaisquer outros meios adequados.

Artigo 6.º

Duração

- (1) O presente Acordo é aplicável até 30 de junho de 2023.
- (2) O mais tardar três meses antes do termo de vigência do Acordo, as Partes consultar-se-ão a fim de avaliar a necessidade da sua recondução. Para o efeito, as Partes procedem a uma consulta recíproca no âmbito do Comité Misto tal como previsto no artigo 7.º, n.º 2.

Artigo 7.º

Comité Misto

- (1) É criado um Comité Misto. Cabe-lhe assegurar a supervisão e a monitorização da aplicação e da execução do presente Acordo, bem como rever periodicamente o respetivo funcionamento tendo em conta os seus objetivos.
- (2) O Comité Misto reúne-se a pedido de um dos copresidentes. O Comité Misto reúne-se igualmente o mais tardar três meses antes do termo da vigência do Acordo, a fim de avaliar e decidir da necessidade da sua recondução, em conformidade com o artigo 6.º, n.º 2. O Comité Misto toma uma decisão sobre essa recondução, incluindo a sua duração, se for caso disso, em conformidade com o n.º 5 do presente artigo.
- (3) O Comité Misto é constituído por representantes das Partes. Os representantes dos Estados-Membros da União Europeia podem assistir às reuniões da Comissão Mista na qualidade de observadores.

- (4) A presidência do Comité Misto é exercida alternadamente por um representante da União Europeia e por um representante da Ucrânia.
- (5) O Comité Misto adota as suas decisões por consenso entre as Partes. As decisões adotadas são vinculativas para as Partes, que deverão adotar as medidas necessárias para a sua execução.
- (6) O Comité Misto adotará o seu regulamento interno.

Artigo 8.º

Resolução de litígios²

Em caso de litígio entre as Partes relativamente à interpretação e à aplicação do presente Acordo, são aplicáveis, *mutatis mutandis*, as disposições do capítulo 14 do título IV do Acordo de Associação.

Artigo 9.º

Cumprimento das obrigações

- (1) As Partes têm a plena responsabilidade pela observância de todas as disposições do presente Acordo.
- (2) Cada Parte assegurará que sejam tomadas todas as medidas necessárias para dar cumprimento às disposições do presente Acordo, incluindo a sua observância a todos os níveis de governo, bem como por pessoas que exerçam poderes públicos

² Para evitar dúvidas, nem o presente artigo nem o presente acordo podem ser interpretados como conferindo direitos ou impondo obrigações que possam ser diretamente invocados nos tribunais nacionais das Partes.

delegados. Cada Parte deve agir de boa-fé para assegurar a realização dos objetivos estabelecidos no presente Acordo.

- (3) O presente Acordo é um acordo na aceção do artigo 479.º, n.º 5, do Acordo de Associação. Uma Parte pode tomar as medidas adequadas relacionadas com o presente Acordo em caso de violação grave e substancial de qualquer das obrigações descritas no artigo 2.º do Acordo de Associação como elementos essenciais, que ameace a paz e a segurança internacionais, de modo a exigir uma reação imediata. Essas medidas adequadas serão adotadas em conformidade com o artigo 478.º do Acordo de Associação.

Artigo 10.º

Medidas de salvaguarda

- (1) Qualquer uma das Partes pode tomar medidas de salvaguarda adequadas se considerar que as operações de transporte efetuadas por transportadores rodoviários de mercadorias da outra Parte constituem uma ameaça para a segurança rodoviária. As medidas de salvaguarda devem ser tomadas no pleno respeito do direito internacional, devem ser proporcionadas e limitadas, tendo em conta o seu âmbito e duração, ao estritamente necessário para retificar a situação ou manter o equilíbrio do presente Acordo. Será conferida prioridade às medidas que menos perturbem o funcionamento do presente Acordo.
- (2) Antes de iniciar consultas, a Parte em causa notifica a outra Parte das medidas tomadas e fornece todas as informações pertinentes.
- (3) As Partes dão imediatamente início a consultas no âmbito do Comité Misto para encontrar uma solução mutuamente aceitável.
- (4) As medidas tomadas nos termos do presente artigo serão suspensas logo que a Parte em falta satisfaça novamente as disposições do presente Acordo ou quando a ameaça para a segurança rodoviária deixar de existir.

Artigo 11.º

Aplicação territorial

O presente Acordo é aplicável, por um lado, ao território em que são aplicáveis o Tratado da União Europeia e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nas condições estabelecidas nesses Tratados e, por outro, ao território da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.

A sua aplicação é suspensa nas zonas em que o Governo da Ucrânia não exerce um controlo efetivo.

Artigo 12.º

Denúncia

- (1) Qualquer das Partes pode, a qualquer momento, notificar por escrito a outra Parte, por via diplomática, da sua decisão de denunciar o presente Acordo. O Acordo cessa de vigorar duas semanas após essa notificação, a menos que a Parte notificante indique uma data posterior para que essa notificação produza efeitos. Neste último caso, a data não pode ser superior a dois meses a contar da data da notificação.
- (2) Os transportadores rodoviários de mercadorias cujo veículo se encontre no território da outra Parte no termo da vigência do presente Acordo são autorizados a transitar pelo território dessa Parte para regressar ao território da Parte em que se encontram estabelecidos.
- (3) Para maior clareza, a data de notificação referida no n.º 1 significa a data em que a notificação é transmitida à outra Parte.
- (4) A caducidade nos termos do artigo 6.º ou a denúncia do presente Acordo nos termos do n.º 1 do presente artigo não pode ter por efeito restringir as condições de acesso ao mercado dos serviços de transporte rodoviário entre as Partes em relação à situação existente no dia anterior à entrada em vigor do presente Acordo. Para o efeito, na ausência de um acordo posterior entre as Partes, os direitos de acesso ao mercado fixados no âmbito dos acordos bilaterais em vigor nesse dia entre os

Estados-Membros da União Europeia e a Ucrânia são novamente aplicáveis a partir da data de caducidade ou de denúncia do presente Acordo.

Artigo 13.º

Entrada em vigor e aplicação provisória

- (1) O presente Acordo é ratificado ou aprovado pelas Partes de acordo com as formalidades que lhes são próprias. O presente Acordo entra em vigor no dia em que as Partes se notificarem reciprocamente da conclusão das respetivas formalidades jurídicas internas necessárias para o efeito.
- (2) Não obstante o disposto no n.º 1, a União e a Ucrânia acordam em aplicar provisoriamente o presente Acordo a partir da data da sua assinatura.
- (3) Para efeitos de aplicação das disposições relevantes do presente Acordo, as referências nessas disposições à «data de entrada em vigor do presente Acordo» devem entender-se como a «data a partir da qual o presente Acordo é aplicado a título provisório», em conformidade com o n.º 2 do presente artigo.

Feito em língua alemã, búlgara, checa, croata, dinamarquesa, eslovaca, eslovena, espanhola, estónia, finlandesa, francesa, grega, húngara, inglesa, irlandesa, italiana, letã, lituana, maltesa, neerlandesa, polaca, portuguesa, romena, sueca e ucraniana, fazendo igualmente fé todos os textos.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Acordo.

Feito em Lyon, em ... de ... de

Pela União Europeia

Pela Ucrânia